

ANOS PROIBIDOS: VETO, RESILIÊNCIA E RESISTÊNCIA DE MULHERES NO FUTEBOL (1941-1979)

Caroline Soares de Almeida¹

Carmen Rial²

Resumo: Este artigo analisa as dinâmicas que envolveram as mulheres diante das restrições ao espaço futebolístico, instituídas moralmente e legalmente no Brasil durante o século XX. A partir das trajetórias de duas figuras fundamentais — a jornalista Cléo de Galsan, a dirigente Carlota Rezende -- e futebolistas que atuaram no momento em que a proibição foi instituída. Investigamos como essas mulheres confrontaram discursos moralizantes, repressão estatal e estruturas patriarcais que buscaram excluí-las do campo esportivo. Com base em fontes hemerográficas, documentais e bibliográficas, argumentamos que a prática do futebol por mulheres não desapareceu durante a proibição: persistiu em circuitos clandestinos, comunitários e periféricos, sustentados por redes locais de apoio e por gestos cotidianos de resistência. A análise mostra como discursos morais, biomédicos e jornalísticos contribuíram para reforçar desigualdades de gênero, ao mesmo tempo em que evidencia as estratégias de subversão mobilizadas por essas mulheres. O artigo busca, assim, contribuir para a história das mulheres brasileiras, destacando trajetórias que foram invisibilizadas da chamada memória considerada oficial desse esporte no país.

Palavras-chave: Futebol de mulheres; Carlota Rezende; Estado Novo; Resistência; Cléo de Galsan.

Forbidden years: veto, resilience and gender resistance among practitioners of football acts (1941-1979)

Abstract: This article examines the dynamics experienced by women in the face of the moral and legal restrictions imposed on their participation in football in Brazil throughout the twentieth century. The study draws on the trajectories of key figures – the journalist Cléo de Galsan, the club manager Carlota Rezende, and footballers who played both during the period of prohibition – in order to investigate how women confronted moralising discourses, state repression, and patriarchal structures that sought to exclude them from the sporting field. It is argued that, drawing upon hemerographic, documentary, and bibliographical sources, women's football did not disappear during the period under discussion; rather, it persisted through clandestine, community-based, and peripheral circuits that were sustained by local support networks and everyday acts of resistance. The analysis demonstrates how moral, biomedical and journalistic discourses have reinforced gender inequalities, while also revealing the subversive strategies mobilised by these women. The article's objective is twofold: firstly, to contribute to the history of Brazilian women by recovering trajectories that were erased from the official memory of this sport in the country; and secondly, to provide a comprehensive overview of the history of Brazilian women's sport.

Keywords: Women's football; Carlota Rezende; Estado Novo; Resistance; Cléo de Galsan.

¹ Universidade Federal de Pernambuco. Email: almeidacarol@yahoo.com

² Professora Titular do Departamento de Antropologia da Universidade Federal de Santa Catarina
Email: carmen.rial@ufsc.br

Introdução

“When raised in public debate, the futbolera was shorthand for a woman who went “too far,” a red herring, or a strange monstrosity.”
Brenda Elsey and J. Nadel, *Futebolera*, pg.2

Em 14 de abril de 1941, foi promulgado no Brasil o Decreto-Lei nº 3.199, marco normativo que regulamentou as práticas esportivas e criou o Conselho Nacional de Desportos (CND). Entre suas disposições, destacava-se o artigo 54³, que vetava a participação de mulheres em esportes classificados como incompatíveis com sua “natureza”.

Instituído no período do Estado Novo (1937–1945) e originalmente subordinado ao Ministério da Educação e Saúde, o CND refletia a forte centralização do governo Vargas. Ainda que a proibição ao chamado futebol feminino tenha vigorado até 1979, sua existência não impediu que as mulheres continuassem a jogar – conforme apontou diversas pesquisas até o momento (RIGO et al., 2008; MORAES, 2012; CAPUCIM E SILVA, 2015; 2024; ELSEY; NADEL, 2019; ALMEIDA, 2020; GOELLNER, 2021, entre outras autoras). Para Giovana Capucim e Silva (2015) e Silvana Goellner (2021), a prática do futebol pelas brasileiras nesse período como clandestino, mas também se tornou uma forma de resistência, especialmente entre jovens dos subúrbios e interiores do país. Esse caráter de resistência se alargou àquelas que também insistiam em atuar em outras áreas do futebol.

Importante salientar que as restrições às mulheres em ambientes futebolísticos antecediam a legislação, sendo apenas por ela reforçadas. Jogadoras que persistiram no esporte relatam, por exemplo, ter de justificar a compra de chuteiras dizendo serem destinadas aos irmãos. Mesmo em situações ordinárias, o caráter clandestino do futebol feminino persistiu para além da regulamentação da modalidade, ocorrida em 1983, evidenciando a longevidade da luta das mulheres para garantir sua presença em um campo esportivo historicamente marcado por normas e restrições legais criadas por homens.

Neste artigo⁴, examinamos as histórias de mulheres que representam esse momento crítico na história do futebol feminino no país. Elas desempenharam papéis centrais no campo futebolístico (BOURDIEU, 1977): jornalista, dirigente de clube e

³ O artigo dizia: “As mulheres não se permitirá a prática de desportos incompatíveis com as condições de sua natureza, devendo, para este efeito, o Conselho Nacional de Desportos baixar as necessárias instruções às entidades desportivas do país.” (BRASIL, 1941)

⁴ Esta pesquisa foi financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), por meio do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia Estudos do Futebol Brasileiro.

futebolistas. Analisamos suas resistências à proibição e consideramos seus primeiros gestos subversivos de gênero (BUTLER, 1990) no interior desse campo. Suas trajetórias, marcadas pela resiliência e pela resistência, antecedem o decreto proibitivo e ajudam a compreender os anos em que o futebol foi interditado para as mulheres.

A jornalista: Cléo de Galsan

A jornalista Cléo de Galsan ocupa um lugar fundamental — embora pouco reconhecido — na história das relações entre mulheres e futebol no Brasil. Atuando em *A Gazeta* (São Paulo) entre 1924 e 1925, Cléo escreveu crônicas que defendiam o direito das mulheres ao esporte, posicionando-se contra discursos higienistas e deterministas que associavam feminilidade à fragilidade, ao pudor e à maternidade compulsória. Seu trabalho foi descoberto apenas recentemente, durante buscas hemerográficas na Biblioteca Nacional (ALMEIDA, 2019; RIAL; ALMEIDA, 2024). No início, aparecia apenas como tradutora de crônicas francesas; depois, como cronista que comentava e defendia o esporte feminino; por fim, como autora de textos que reivindicavam igualdade de direitos também no campo esportivo - algo que nem o movimento feminista⁵ da época requereu como pauta (RIAL; ALMEIDA, 2023).

Em suas crônicas, afirmava que as mulheres tinham o direito de praticar o esporte que desejassesem e que qualquer tentativa de proibição iria configurar uma violação de direitos básicos. Ao longo de dois anos, escreveu na seção esportiva do jornal *A Gazeta*, de São Paulo.

As moças devem, pois, a par da educação *physica*, fazer a sua educação esportiva. Qual o *methodo?* Quasi todos são bons, visto que contribuem para o desenvolvimento dos músculos, segundo a sua importância sobre o organismo: exercícios *especiae*s para desenvolver e fortificar as paredes *abdominae*, corrigir as suas posições adquiridas na escola ou *attentare* as deformações. [...] Quanto ao esporte a ser praticado pela mulher – segundo o conselho de um médico consciencioso e competente – *ella* pode escolher o que lhe parece melhor, de acordo com sua constituição *physica*, e também, logicamente, com seu gosto. A natação, aviação, *athletismo*, corrida rústica e futebol, entre outros, não destoam do sexo – e, uma vez praticado *methodologica* e *scientificamente*, só podem contribuir para lhe fortalecer os *organs, embellezando-lhe* as linhas plásticas. (GALSAN, 1924a)

Apesar de suas contribuições significativas, Cléo segue pouco reconhecida nas narrativas históricas do futebol brasileiro.

⁵ Representado pela Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF).

Ao escrever sobre a história do futebol de mulheres no Brasil, é comum iniciar com as ocorrências que levaram à ilegalidade da prática em 1941. No entanto, é igualmente importante reconhecer a presença e vitalidade de vozes que antecederam.

Em perspectiva global, é possível identificar a presença de mulheres na esportivização do futebol já em seus estágios iniciais (GIULIANOTTI; ROBERTSON, 2009). O futebol no Brasil, inicialmente ocupou lugar secundário em um projeto republicano higienista conduzido pelas elites, fortemente influenciado por ideais civilizatórios (ELIAS; DUNNING, 1992), no início do século XX. A figura musculosa e bronzeada dos *sportsman* surgiu como expressão de modernidade, contraposta à “preguiça” dos senhores escravocratas, símbolo de uma monarquia decadente. Nicolau Sevcenko (1998) denominou esse movimento de “ética do ativismo”, segundo a qual seria na ação e no engajamento corporal que residiria a plena realização do destino humano (1998: 569).

É difícil imaginar que as mulheres estivessem completamente ausentes desse processo: eram ativas não apenas como torcedoras, termo criado nos anos 1910⁶ para designar jovens mulheres que acompanhavam os times, mas também como jogadoras – presentes nos campos desde pelo menos 1913 (BONFIM, 2019; ALMEIDA, 2020; RIAL; ALMEIDA, 2023). Contudo, essas atuações foram também invisibilizadas pela história dita “oficial” do futebol no Brasil. O mesmo ocorreu com os escritos de Cléo de Galsan.

Restava, porém, a dúvida: Cléo era homem ou mulher? A revelação de que a jornalista se tratava de uma mulher – confirmada à época pela própria redação do jornal⁷ – já indicava a excepcionalidade de sua atuação. Como não encontramos nenhum registro do sobrenome “Galsan”, suspeitamos de um pseudônimo – comum entre mulheres jornalistas nos anos 1920. Pesquisando as edições de *A Gazeta*, encontramos uma pista: Cléo era o nome da filha recém-nascida do diretor da seção de esportes, Leopoldo Sant’Anna, e de sua esposa, Maria Conceição Rehder Galvão

⁶ A primeira menção encontrada até o momento, remete ao jornal *O Pirralho* em 7 de outubro de 1911: “- Jogo é jogo! Dizia *ella* a sua amiguinha do Americano. Pouco importa que o Paulistano perca. Eu que não perco a aposta. Via-se perfeitamente que Mlle. Z já não era a mesma torcedora que por *ocasião* do jogo com o Americano.” Anônimo. “O Pirralho Sportsman” - Paulistano. *O Pirralho* (São Paulo), 7 de outubro de 1911, p. 10.

⁷ Na época, na seção de cartas, um leitor identificado por “curioso” perguntava sobre a jornalista, ao que o jornal respondeu: “Não. Cléo de Galsan não é nenhum de nossos auxiliares... de barba. Nossa apreciada *collaboradora*, de *facto*, veste saia...!” - Ver: Jornal *A Gazeta*. Sem Sello. Sábado, 25 de outubro de 1924. p. 3.

(Sant'Anna), em junho de 1925. Assim, imaginamos que a cronista fosse a própria Conceição, combinando:

- *Cléo* = C de Conceição + Leopoldo
- *Galsan* = Galvão + Sant'Anna.

Essa hipótese foi confirmada por sua filha, Cléo, então com 93 anos, por e-mail à autora em 2018. Ademais, outra grande surpresa em torno da cronista apareceu: descobrimos que Conceição Rehder Galvão era irmã de Patrícia Galvão, a Pagu, jornalista, escritora e feminista, considerada como a primeira presa política mulher do Brasil.

Em suas crônicas, Cléo denunciou o caráter arbitrário das restrições impostas às mulheres, apontando como a diferenciação entre masculino e feminino era sustentada por uma ordem simbólica que naturalizava desigualdades (Bourdieu 2002).

Nessa hora em que o feminismo revoluciona o mundo, em que as mulheres se batem com calor pelos direitos, necessito falar um pouco com algumas de minhas patrícias. Pois bem... Serão os frágeis *bibelots* de rosto mascarados; [...] serão estas mocinhas, que se nomeiam de melindrosas, que se levantam ao meio dia, para só cuidar de lustrar as unhas, escolher vestidos, de ir aos chás dançantes; [...] serão *ellas*, com suas *idéas exquisitas* sobre a vida, com seus corpos de mosca. [...] Estas nada alcançarão, porque para a *lucta*, para a *victoria*, serão preciso mulheres, mulheres *sans* de corpo e alma [...]. Serão preciso mulheres que façam do esporte uma religião, que lhe dediquem algumas horas, pois que lhes servirá para corrigir e fortificar seus corpos. *Ellas* sabem que o esporte agirá forte e beneficamente sobre os seus organismos, desenvolvendo-os, dando-lhes as forças a vitalidade. [...] Tornar-se-ão, assim, mulheres de verdade, formidáveis adversárias do sexo considerado forte, enérgicas batalhadoras pela igualdade de direitos, que saberão cumular, a par de seus *ideas* políticos, o de ser mães robustas, sadias, fortes, capazes de *crear* filhos que sejam homens de valor (GALSAN, 1924b, p. 3).

Sua escrita articulava críticas às representações de gênero, raça e classe presentes no cenário esportivo da Primeira República e ajudava a construir um imaginário alternativo, no qual as mulheres eram sujeitos ativos de suas práticas corporais. Compreendeu cedo o papel essencial do futebol para entender o lugar das mulheres na hierarquia de gênero. Seus textos também ajudam a compreender as representações de classe, raça e sexualidade no Brasil da época. Como jornalista esportiva, era narradora e crítica do contexto ao qual pertencia. Tratava da urgência de pautas feministas que, por meio dos esportes, defendiam a igualdade entre homens e

mulheres. Acreditava que apenas mulheres fisicamente fortes poderiam enfrentar as estruturas de dominação, pois a força física poderia nivelar relações de poder.

A trajetória de Cléo nos remete a Walter Benjamin, contemporâneo seu, que alerta que a história é frequentemente escrita pelos vencedores. Em seu questionamento: “Não existe um eco daqueles que foram silenciados nas vozes que hoje ouvimos?” (BENJAMIN, 1987). Respondemos: Cléo é um desses ecos silenciados.

Durante muito tempo, mulheres foram excluídas do futebol, da gestão de clubes e do jornalismo esportivo. Ela esteve entre as pessoas pioneiras na crônica esportiva. Assim como seu marido, Leopoldo Sant’Anna. Mas apenas ele e seus colegas de barba foram reconhecidos.

A dirigente – Carlota Rezende

Na década de 1940, o futebol já era um esporte consolidado no Brasil. Deixou de ser um elemento secundário no projeto de construção da nacionalidade e foi elevado ao *status* de símbolo nacional — expressão de virilidade, disciplina e vitória, em consonância com o ideário do Estado Novo (ALMEIDA, 2019). Nesse período, o número de equipes femininas aumentou nos subúrbios do Rio de Janeiro (FRANZINI, 2005; GOELLNER, 2005; BONFIM, 2019; ALMEIDA; ALMEIDA, 2020).

O Primavera A.C. foi uma dessas equipes. Fundado por Carlota Alves Rezende em maio de 1940, tinha como propósito reunir as melhores jogadoras do Rio de Janeiro e consolidar-se como um time competitivo. Seu funcionamento seguia uma lógica próxima à do futebol praticado por homens, então em processo de profissionalização: segundo entrevista concedida por Carlota ao jornal *A Noite* (1941), as jogadoras recebiam pagamento por partida. Conhecida pelas atletas como “mãezinha”, a dirigente administrava a agenda e as finanças do clube, além de orientar e acompanhar de perto suas “pupilas”. Ao longo desse período, fundou ainda outras oito equipes na Zona Norte da cidade.

O Primavera realizava jogos no Rio de Janeiro e, em diálogo com tradições já consolidadas entre clubes formados por homens, buscava ampliar sua projeção por meio de uma excursão internacional. O empresário argentino Afonso Doce⁸, figura conhecida no meio esportivo, demonstrou interesse em patrocinar a viagem de um

⁸ Doce atuava há pelo menos duas décadas intermediando embates futebolísticos entre clubes do futebol de homens no Brasil, na Argentina e no Uruguai (ROCHA, 2019).

grupo de jogadoras brasileiras para enfrentar equipes argentinas e uruguaias. Embora condenada pela FIFA, tal prática era comum entre clubes compostos por homens, e Doce atuava, havia décadas, como intermediário em partidas entre Brasil, Argentina e Uruguai (ALMEIDA; ALMEIDA, 2020).

No entanto, diante das repercussões negativas, iniciou-se uma campanha que reuniu parte da sociedade⁹, da polícia, do judiciário e da imprensa carioca — especialmente conduzida pelo jornal *O Imparcial* (ALMEIDA, 2019; BONFIM, 2019) — não apenas contra a viagem, mas também contra a própria prática do futebol por mulheres, tornando a realização da excursão cada vez mais improvável. Nesse contexto, Carlota foi presa pelo delegado Dulcídio Gonçalves, sob a alegação de levar as jogadoras a bailes e cabarés após as partidas. A acusação ganhou ampla repercussão na imprensa, que rapidamente transformou a fundadora do Primavera em uma suposta “recrutadora de mulheres para a prostituição” (ALMEIDA, 2019; BONFIM, 2019; ALMEIDA; ALMEIDA, 2020). Segundo essas narrativas, o clube funcionava como fachada para um esquema que, com o envolvimento de Doce, assumiria dimensão internacional. Além disso, pesava contra a dirigente uma ação judicial movida por Maria de Lourdes, ex-meia-esquerda do S.C. Brasileiro - clube gerido anteriormente por Carlota

Em um dos artigos mais contundentes, *O Imparcial* afirmou: “As controladoras da equipe feminina são *creaturas* suspeitas para a polícia, que as conhece como infelizes doentes dignas de uma internação no manicômio judiciário. [...] Em ofício dirigido ao juízo de Menores a *alludida* autoridade *expoz*¹⁰”. O fragmento destacado é exemplar da retórica patologizante e moralizadora mobilizada contra mulheres que ocupavam espaços esportivos: ao associá-las à doença e à degeneração moral. O jornal reforçava estigmas historicamente produzidos para regular e punir comportamentos considerados desviantes da norma vigente. Esse enquadramento, ancorado em discursos médicos, jurídicos e policiais, contribuiu para legitimar a repressão e para deslocar o debate do campo esportivo para o campo da moral pública.

⁹ A figura de José Fuzeira foi a mais ressaltada no período. Além de autor da carta aberta contrária ao futebol feminino endereçada a Getúlio Vargas, tinha acesso privilegiado à redação de jornais cariocas. Sua carta, intitulada “*Um disparate sportivo que não deve prosseguir*”, foi publicada no **Diário da Noite** (n. 3946, 7 de maio de 1940, p. 11-12). Fuzeira também escreveu textos de opinião para o jornal **A Noite**, como “*Por um discípulo de Jesus*” (n. 4279, 26 de outubro de 1923, p. 5), além de ter conseguido ali a divulgação de seu livro *Rompendo as Trevas* – obra voltada à formação moral e cristã da juventude (Almeida; Almeida 2020). (GOELLNER, 2005; FRANZINI, 2005; ALMEIDA, 2019)

¹⁰ Bailarinas ou jogadoras de foot-ball? *Imparcial*, 22 de janeiro de 1941, p. 14.

O jornal *A Noite* publicou, em 11 de janeiro, uma reportagem com detalhes sobre a casa em Pilares. O texto destacava o cartaz afixado na entrada e a dificuldade em obter declarações das integrantes do Primavera que, segundo o repórter, estavam instruídas por Carlota a não conceder entrevistas. Ainda assim, o repórter conversou com Salette, que, “a contragosto”, afirmou que todas as jogadoras tinham autorização de seus pais para participar das partidas, razão pela qual ficaram surpresas com a prisão da Sra. Carlota. Antes de deixar o local, o jornalista observou um quadro pendurado na parede com os dizeres: “Tragam seu baton, rouge e pó de arroz.¹¹”

Dois dias depois, com a liberação de Carlota, o caso voltou a ser explorado pelo *Imparcial*, que publicou: “D. Carlota, introdutora, diretora, animadora do football feminino é acusada de desviar suas pupilas dos gramados para os ‘dancings’; depois de chutarem a péla, durante o dia, vão, à noite, cair nos tangos e nas congas, em salões mal afamados¹²”.

Em sua defesa, a dirigente afirmava inocência, destacando as qualidades de “Futebol Clube” (F.C.) do Primavera. Também relacionou o caso a questões morais: “só posso atribuir a denúncia ao respeito; o Primavera F. C - veja bem, seu repórter, F. C. - apenas perdeu um jogo desde que existe¹³”.

Nada adiantou. Uma semana depois, a excursão aos países da região do Prata foi proibida pela justiça carioca, tendo a Divisão de Theatro e Cinema ligada ao Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) do governo de Vargas anunciado a censura aos programas esportivos que tivessem disputas de futebol feminino. A polícia fechou a sede do Primavera e nada mais foi encontrado sobre Carlota - até então.

Sobre a situação que levou à prisão e ao fechamento dos clubes de Futebol Feminino, o jornalista Ricardo Pinto (1941) escreveu:

O futebol feminino é largamente praticado em diversos países, inclusive nos Estados Unidos, onde chega a empolgar multidões. No Brasil, todavia, apenas começa. E começa mal, conforme estamos vendo, pois começa em luta aberta com a polícia. [...] O resultado das investigações, determinadas pelo delegado cota, não foi revelado, ainda. Os jornais silenciaram, ultimamente. De qualquer maneira, porém, é de supor que não tenha sido dada como perfeitamente regular a existência do “Primavera”, pois o certo é que o “team” campeão carioca, não embarcou. Nem embarcará mais, dizem. O delegado cota, de resto, não gosta muito de dar publicidade às suas devassas de natureza esportiva. [...] De sorte que, em conclusão: é possível que não se venha a conhecer o resultado do inquérito a respeito das “primaverinas¹⁴”.

¹¹ Soluçava de Chuteiras. *A Noite*: 11 de janeiro de 1941, p. 3.

¹² Da noite para o dia. *A Noite*, 13 de janeiro de 1941, p.2.

¹³ PINTO, R. Futebol Feminino. *Diário de Notícias* : 22 de janeiro de 1941, p. 7

¹⁴ PINTO, Ricardo. Futebol Feminino. *Diário de Notícias*: 22 de janeiro de 1941, p. 7.

A prisão de Carlota Rezende sob acusação de lenicídio marcou o primeiro passo rumo à criminalização do futebol de mulheres. A tentativa de profissionalização foi associada ao *Tzvi Migdal*, grupo mafioso que administrava redes de prostituição de mulheres judias em cidades da América (ALMEIDA; ALMEIDA, 2020). Esse apelo moralista foi seguido pelo Decreto-Lei nº 3.199, em abril de 1941, que criou o CND e proibiu as mulheres de participar de atividades físicas consideradas incompatíveis com sua “natureza”. O argumento biológico impediu o desenvolvimento da modalidade por quarenta anos (GOELLNER, 2005; FRANZINI, 2005; ALMEIDA, 2019; PISANI, 2018).

As futebolistas

No Brasil, os indícios encontrados até agora nas hemerotecas apontam para um início da prática do futebol por mulheres fortemente associada a círculos ligados às elites. A partir da década de 1920, porém, observa-se uma ampliação significativa do interesse e da organização em torno da modalidade em clubes da zona norte do rio de Janeiro, mais suburbana, em clubes como Vasco da Gama, River F.C.. Também em Natal (RN), no ABC houve a organização de um campeonato envolvendo equipes de jovens jogadoras. A difusão do futebol praticado por mulheres acompanhou, em muitos aspectos, a expansão do futebol entre homens, o que levou jornais e revistas a publicar crônicas e editoriais que alertavam para supostos riscos à saúde das jogadoras ao mesmo tempo em que relatava os jogos ocorridos. Ainda que parte da imprensa classificasse o futebol como inadequado ou escandaloso para mulheres, muitas atletas ganharam destaque nos periódicos, especialmente a partir de 1940. Entre elas, as irmãs Nicéa, Sally, Aida e Wisleína, cujas trajetórias, mesmo que atravessadas pela proibição, constituíram importantes contribuições para a história do esporte no país.

O sucesso do futebol feminino nos subúrbios do Rio de Janeiro foi documentado nessas reportagens e também em entrevistas com jogadoras publicadas em veículos como *Jornal dos Sports*, *Diário Carioca*, *O Radical* e *A Noite* — este último pertencente ao jornalista Irineu Marinho, que posteriormente fundou o Grupo Globo. A visibilidade alcançada foi tamanha que até mesmo Leônidas da Silva, então o jogador mais famoso do país, demonstrou interesse pelas partidas disputadas por mulheres. Registros apontam que ele assistiu a um jogo feminino no Pacaembu, realizado como preliminar da partida entre São Paulo F.C. e C.R. Flamengo, poucos dias após a inauguração do estádio, em abril de 1940.

Foi nesse contexto que se intensificaram as discussões sobre a profissionalização do futebol praticado por mulheres, impulsionadas tanto pelo pagamento de cachês por partida quanto pela proposta de criação de uma liga municipal no Rio de Janeiro. O tema foi defendido por Salathiel Campos (1940a; 1940b) em sua coluna *Ao correr da penna...*, no *Correio Paulistano*. Jornalista conhecido pela defesa da profissionalização do futebol e por sua militância negra — tendo sido um dos fundadores da Frente Negra Brasileira no início dos anos 1930 (Jeucken 2017) —, Salathiel argumentava que, se o futebol de mulheres era capaz de atrair grande público, seria legítimo que as jogadoras recebessem parte da receita gerada pelos jogos (Campos 1940a).

Nesse período, Nicéa, Sally e Aida integravam o S.C. Brasileiro, equipe fundada por sua tia, Carlota Rezende. As três irmãs, órfãs desde a infância, viviam com Carlota. Após a viagem a São Paulo, a dirigente fundou o Primavera F.C., e as sobrinhas passaram a atuar no novo time, que acumulava um desempenho expressivo: apenas duas derrotas em 17 partidas. As três jogadoras apareciam com frequência nas páginas esportivas, descritas por cronistas como atletas habilidosas e carismáticas que já contavam com um público fiel de admiradores.

Nicéa e Sally eram as figuras mais visíveis da equipe. Nicéa recebia elogios por sua técnica e era frequentemente chamada de “craque nº 1” ou “Leônidas de saias”, tendo iniciado sua trajetória aos nove anos, em partidas improvisadas com crianças da vizinhança. Sally, por sua vez, era apresentada como uma “superprodução”, expressão usada pelos cronistas para exaltar tanto sua atuação quanto sua aparência. Ela e Aida chegaram a visitar a redação do *Diário Carioca* para conceder entrevistas sobre a estreia do Primavera no circuito do futebol praticado por mulheres. Fotografias das jogadoras eram publicadas com destaque, em uma cobertura que mesclava interesse esportivo e apelos estéticos.

Em maio de 1941, a sede do Primavera A.C., em Pilares, na Rua Gaspar, foi anunciada para alugar. O espaço socialmente atribuído a essas mulheres suburbanas, como Nicéa, que jogaram futebol no Rio de Janeiro na década de 1940 é muito bem exemplificado pela crônica *O feijão queimado*, de Puck (1941):

[...] A polícia acaba de suster o embarque das players, reconduzindo, umas às suas cozinhas, outras às copas, restituindo a tranquilidade aos lares cariocas.

Se a Miquelina estiver aborrecida, lavando a louça, cantarolando o último samba para o Carnaval, não se preocupe, cara leitora: aproxima-se a hora da “revanche”. A copeira que não pôde embarcar para Buenos aires, no

“Esperança F. C.”, já iniciou inscrição nos “Inocentes do Encantado”. De goal-keeper, ela passará a porta-estandarte [...].

A extinção do “football” feminino teve o mérito de devolver a paz aos lares cariocas, ameaçados de tremenda crise com o aparecimento dos “center-halves” de saias e dos “backs” que outrora zelavam pelo nosso paladar. Estávamos num sério dilema: ou o “football” ou a carne assada. Quem se orgulhasse de possuir em sua cozinha, a “leader” na marcação de “goals”, poderia contar com o feijão queimado três vezes por semana – dias dedicados ao treinamento do “team”. Quem quisesse uma boa copeira deveria procurá-la nos asilos onde se encontram os inválidos, já incapazes de correr atrás de uma bola. Isso porque o “association” estava empolgando o mundo que trata das panelas e das sobremesas.

A polícia do Rio veio prestar um grande favor à população. A estas horas, a “extrema” que fazia delirar a “torcida” está lavando a roupa, enquanto o grande “back” remexe a frigideira que salta as batatas fritas. Restam-lhes porém as recordações, único direito dos “cracks” em ostracismo:

– Que sucesso iríamos ter em Buenos Aires, heim?
- É verdade. Só por isso, vou deixar o “bispo” invadir a área do “penalty” da patroa!

(PUCK, 1941, p.2)

Após a prisão de Carlota e a promulgação do Decreto-Lei nº 3.199, as notícias sobre partidas de futebol praticado por mulheres praticamente desapareceram da imprensa. No Rio de Janeiro, a polícia, apoiada pela censura do DIP, passou a proibir a realização dos jogos, contribuindo para o esvaziamento das iniciativas que vinham ganhando força no início da década de 1940.

Apesar da repressão, mobilizações reapareceram nos jornais no final da década de 1950 em diferentes regiões do país – em Pelotas (RIGO et al. 2008), na Bahia (MORAES, 2012; CAPUCIM E SILVA, 2015) e em Minas Gerais (CAPUCIM E SILVA, 2015). Nesse mesmo período, empresários do Rio de Janeiro e de São Paulo organizaram partidas com “vedetes” como forma de entretenimento, o que gerou conflitos com o CND (CAPUCIM E SILVA, 2015). Paralelamente, equipes formadas por mulheres participaram de jogos benéficos nos subúrbios do Rio e em cidades vizinhas, como São João de Meriti e Nova Iguaçu, muitas vezes com o apoio de párocos da Igreja Católica – indicando que a prática não desapareceu, mas se deslocou para circuitos mais periféricos e informais.

Durante esse período, destaca-se Wisleína, considerada uma jogadora exemplar por jornalistas. Atleta do Clube Atlético Mineiro, era frequentemente comparada a Didi¹⁵, célebre meio-campista da época. No breve campeonato disputado entre equipes mineiras, em Belo Horizonte, recebeu algumas das melhores avaliações da imprensa

¹⁵ Em referência a Waldyr Pereira, meio-campista da seleção brasileira campeã na Copa do Mundo de 1958. Sobre Wisleína, veja: Elas jogam mais do que muito barbado. Revista dos esportes, n 15, 1959, p. 4-7.

esportiva, refletindo o nível técnico alcançado por mulheres que continuaram atuando mesmo sob condições de clandestinidade e vigilância institucional.

Estava empatada a peléja. Mas acontece que entre as atleticanas a Didi e ela resolveu ganha o jôgo. De uma feita a mulatinha côn de jambo passou por tôda a defesa do América e, frente à frente com a goleira, chutou fora. Didi, isto é, Wisléina ficou inconsolável por ter cometido tão grave erro. Bateu pé, pôs a mão na cabeça e chorou. Môça de brio, môça que corre por amor às côres que defende e não por causa da renovação do contrato, môça que tinha voltada para si a atenção de 50.000 espectadores, encheu-se de coragem e (com o perdão da palavra), meteu os peitos em busca da vitória que teimava em fugir. Ao fim de 5 minutos, Wisléina (a Didi) viu coroado de êxito o seu esfôrço, conquistando o mais belo tento da tarde, o gol da vitória, mercê de sua classe, seu desprendimento e, sobretudo, de sua intuição feminina.¹⁶

Vale lembrar que a crônica esportiva brasileira dos anos 1950 possuía características muito particulares, marcada por nomes como Nelson Rodrigues, João Saldanha e Thomaz Mazzoni. O autor da crônica mencionada, no entanto, destacou um aspecto pouco recorrente em textos sobre futebol praticado por mulheres: a intuição, apresentada como uma suposta característica feminina capaz de conferir singularidade ao jogo. A ênfase nesse traço reforça estereótipos de gênero que vinculavam mulheres a atributos inatos, ainda que, paradoxalmente, servisse para valorizar determinadas jogadoras.

Em contraste, muitas das crônicas de Nelson Rodrigues eram abertamente sexistas, inclusive aquelas sobre futebol. Em “Flamengo Sessentão” (RODRIGUES, 1955), Rodrigues lamentava a ausência do que chamava de “histerismo feminino” nos estádios, afirmando que sua falta “empobrecia liricamente” o futebol moderno. Já em “O mais belo futebol da terra é do Brasil” (RODRIGUES, 1970), utilizou a metáfora de uma mulher cuja beleza lhe permitiria agir com “humildade ostensiva”, evidenciando a naturalização do lugar erotizado e subserviente atribuído às mulheres no imaginário social da época.

A mesma lógica aparece em textos de João Saldanha – embora seja lembrado por sua postura política e oposição à ditadura militar. Como observa o historiador Fábio Franzini (2005) em “Futebol é coisa pra macho?”, Saldanha também recorreu a comentários sexistas, entre eles uma fala anedótica relatada por Sérgio Cabral, na qual ironiza a presença de mulheres no futebol: “Imagina, o cara tem um filho, aí o filho

¹⁶ Elas jogam mais do que muito barbado. Revista dos esportes, n 15, 1959, p. 7.

arranja uma namorada, apresenta a namorada ao sogro e o sogro pergunta a ela: ‘O que você faz, minha filha?’ E a mocinha responde: ‘Sou zagueiro do Bangu’. Quer dizer, não pega bem, não é?’ (Franzini 2005, p. 316).

Thomaz Mazzoni, por sua vez, escreveu em *História do Futebol no Brasil* (MAZZONI, 1950) que o futebol feminino “logo morreu”, descrevendo as mulheres como alheias ao desenvolvimento histórico da modalidade — reforçando, assim, sua exclusão simbólica do campo.

Considerações finais

Para que o futebol pudesse se consolidar como um esporte também acessível às mulheres em um país onde esse campo ainda é hegemonicamente “masculino” - o que a antropóloga Mariane Pisani (2018) define criticamente como “gênero da bola” - , elas precisaram transitar por diferentes arenas sociais — ou campos, na formulação bourdieusiana — tais como o jornalístico, o empresarial (que lhes foi, em grande medida, pouco favorável) e a própria prática esportiva.

Cléo de Galsan e Carlota Rezende foram defensoras incansáveis do futebol praticado por mulheres, enfrentando o preconceito e a discriminação dirigidos às jogadoras. Carlota, além de dirigir equipes, advogou pela profissionalização da modalidade e trabalhou para que as atletas fossem reconhecidas como profissionais. A atuação de ambas foi decisiva para o desenvolvimento do futebol de mulheres no país e abriu caminhos para as gerações que hoje ocupam esse espaço.

O sexismo presente entre os detratores do futebol de mulheres — visível já nas críticas dirigidas a Cléo de Galsan na década de 1920 — permaneceu nas crônicas das décadas de 1950 e 1960, escritas por vozes influentes como Rodrigues, Saldanha e Mazzoni. As jornalistas esportivas eram raras até meados da década de 1980, e os preconceitos contra dirigentes mulheres persistem, já que poucos clubes, grandes ou pequenos, tiveram mulheres em suas presidências.

Quanto às jogadoras, graças a pioneiras como Nicéa, Sally, Aida e Wisleína, foi possível romper barreiras de preconceito — embora o reconhecimento e a valorização de sua prática só tenham ocorrido, de fato, no século XXI. Infelizmente, trajetórias como a dessas mulheres, fundamentais para o desenvolvimento do futebol no país, acabaram invisibilizadas, revelando o modo como a disputa pela memória dita oficial desse esporte historicamente silenciou suas contribuições.

Referencias

ALMEIDA, Caroline S. Nas praias e nas várzeas: o movimento de retorno do futebol feminino entre fins da década de 1970 e início de 1980. In: KESSLER, Claudia; COSTA, Leda; PISANI, Mariane (org.). *As mulheres no universo do futebol brasileiro*. Santa Maria, RS: EDUFSM, 2020.

ALMEIDA, Caroline S. Mulheres futebolistas: debates sobre violência e moral durante o Estado Novo brasileiro. *Lusotopie*, v. 18, p. 95-118, 2019.

ALMEIDA, Caroline S.; ALMEIDA, Thaís R. Deve ou não deve o football invadir os domínios das saias? histórias do futebol de mulheres no Brasil. *ICSOonline – Revista Eletrônica de Ciências Sociais*, n. 31, p. 168-191, 2020.

BENJAMIN, Walter. Teses sobre o conceito da história. In: BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas*. v. 1: Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 222-232.

BONFIM, Aira F. Football feminino entre festas esportivas, circos e campos suburbanos: uma história social do futebol praticado por mulheres da introdução à proibição (1915-1941). 2019. Dissertação (Mestrado) – Fundação Getúlio Vargas, 2019.

BOURDIEU, Pierre. *Outline of a Theory of Practice*. Cambridge: Cambridge University Press, 1977.

BRASIL. Decreto-Lei nº 3.199, de 14 de abril de 1941. Estabelece as bases de organização dos desportos em todo o país. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decrelei/1940-1949/decreto-lei-3199-14-abril-1941-413238-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 7 mar. 2022.

BUTLER, Judith. *Gender Trouble*. New York: Routledge, 1990.

CAMPOS, Salathiel. Ao correr da penna... *Correio Paulistano* (São Paulo), 5 maio 1940a, p. 16.

CAMPOS, Salathiel. Ao correr da penna... *Correio Paulistano* (São Paulo), 21 maio 1940b, p. 10.

CAPUCIM E SILVA, Giovana. Narrativas sobre o futebol feminino na imprensa paulista: entre a proibição e a regulamentação (1941-1983). 2015. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, 2015.

ELIAS, Norbert; DUNNING, Eric. *A busca da excitação*. Lisboa: DIFEL, 1992.

ELSEY, Brenda; NADEL, Joshua H. *Futbolera: a history of women and sports in Latin America*. Austin: University of Texas Press, 2019.

FRANZINI, Fábio. Futebol é coisa para macho? Pequeno esboço para uma história das mulheres no país do futebol. *Revista Brasileira de História*, v. 25, n. 50, p. 315-328, 2005.

GALSAN, Cléo. A mulher e o esporte – O futebol feminino é o jogo recommended à mocidade feminina. *A Gazeta* (São Paulo), n. 5481b, p. 3, 1924a.

GALSAN, Cléo. As melindrosas e o ... esporte. *A Gazeta* (São Paulo), n. 5488, p. 3, 1924b.

GOELLNER, Silvana. Mulheres e futebol no Brasil: entre sombras e visibilidades. *Revista Brasileira de Educação Física*, v. 19, p. 143-151, 2005.

JEUKEN, Bruno. Salathiel de Campos: esporte e política (1926-1938). 2017. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, 2017.

MAZZONI, Thomaz. *História do futebol no Brasil: 1894–1950*. São Paulo: Edições Leia, 1950.

MORAES, Enny Vieira. As mulheres também são boas de bola: histórias de vida de jogadoras baianas (1970-1990). 2012. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2012.

PINTO, Ricardo. Futebol Feminino. *Diário de Notícias*, 22 jan. 1941, p. 7.

PISANI, Mariane. Sou feita de chuva, sol e barro: o futebol de mulheres praticado na cidade de São Paulo. 2018. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, 2018.

PUCK. O feijão queimado. *A Noite* (Rio de Janeiro), 18 jan. 1941, p. 2.

RIAL, Carmen. New Frontiers: The Transnational Circulation of Brazil of Women Soccer Players. In: AGERGAARD, Sine; TIESLER, Nina (org.). *Women, soccer and transnational migration*. London/New York: Routledge, 2014. p. 87-102.

RIAL, Carmen. Marta is better than Kaká: the invisible women's football in Brazil. *Labrys*, n. 28, 2015.

RIAL, Carmen. A memória do Futebol Praticado por Mulheres – semelhantes trajetórias no Brasil e na França? In: GROSSI, Miriam; OLTMARANI, Vinicius Ferreira (org.). *Família, gênero e memória: diálogos interdisciplinares entre França e Brasil*. Brasília: ABA; Florianópolis: Tribo da Ilha, 2020. p. 295-321.

RIAL, Carmen; ALMEIDA, Caroline S. Football, lesbianism and feminism in Brazil: subversive acts. *Soccer and Society*, p. 1-13, 2023.

RIAL, Carmen; SOARES DE ALMEIDA, Caroline. O “gênero da bola”: mulheres e futebol na mídia. *ALCEU*, v. 24, n. 52, p. 84–119, 2024.

RIGO, Luiz et al. Notas acerca do futebol feminino pelotense em 1950: um estudo genealógico. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, v. 29, p. 173-188, 2008.

RODRIGUES, Nelson. Flamengo Sessentão. In: CASTRO, Ruy (org.). *A sombra das chuteiras imortais*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

RODRIGUES, Nelson. *A pátria de chuteiras*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2013.

SEVCENKO, Nicolau. A capital irradiante: técnica, ritmos e ritos do Rio. In: NOVAIS, Fernando; SEVCENKO, Nicolau (org.). *História da vida privada no Brasil*, v. 3. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 513-619.

Autoria Anônima:

ANÔNIMO. A censura não aprovará programas com partidas femininas. *O Imparcial* (Rio de Janeiro), 23 jan. 1941, p. 15.

ANÔNIMO. Bailarinas ou jogadoras de foot-ball? *O Imparcial* (Rio de Janeiro), 22 jan. 1941, p. 14.

ANÔNIMO. Campo do Volante Interditado. *Última Hora* (Rio de Janeiro), 12 nov. 1959, p. 2.

ANÔNIMO. Da noite para o dia. *A Noite* (Rio de Janeiro), 13 jan. 1941, p. 2.

ANÔNIMO. Elas jogam mais do que muito barbado. *Revista dos Esportes*, n. 15, 1959, p. 4-7.

ANÔNIMO. Está sendo processada a mentora do foot-ball feminino. *O Imparcial* (Rio de Janeiro), 18 jan. 1941, p. 14.

ANÔNIMO. Jogos internacionaes entre quadros femininos. *A Gazeta* (São Paulo), 16 dez. 1920, p. 2.

ANÔNIMO. Meninas do Meriti também jogam bola. *Última Hora* (Rio de Janeiro), 21 set. 1959, p. 7.

ANÔNIMO. Não quer mais nada com o football. *A Noite* (Rio de Janeiro), 12 jan. 1941, p. 1.

ANÔNIMO. O Pirralho Sportsman. *O Pirralho* (São Paulo), 7 out. 1911, p. 10.

ANÔNIMO. Presa uma das mentoras do foot-ball feminino. *O Imparcial* (Rio de Janeiro), 11 jan. 1941, p. 8.

ANÔNIMO. S. Paulo assiste, pela primeira vez, a uma partida de futebol feminine. *Correio Paulistano* (São Paulo), 19 maio 1940, p. 16-18.

ANÔNIMO. Soluçava de Chuteiras. *A Noite* (Rio de Janeiro), 11 jan. 1941, p. 3.

ANÔNIMO. Vamos ter mais um match de football feminino. *Diário Carioca* (Rio de Janeiro), 25 maio 1940.